

STF julga hoje ordem para votação de vetos e Orçamento

Supremo decide se vetos devem ser votados em ordem cronológica e se Orçamento pode ser examinado antes deles. **3**

Ministro propõe que médicos do Senado atendam no SUS

Alexandre Padilha, da Saúde, tratou com Renan Calheiros sobre os profissionais do serviço médico da Casa, que foi encerrado. **2**

Pauta do Senado começa a ser destrancada hoje

Plenário delibera sobre medidas provisórias que vêm impedindo a votação de projetos de lei. Uma trata de desoneração de folha de pagamentos; outra regulamenta o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste

Duas medidas provisórias que perdem validade amanhã devem ser examinadas hoje, abrindo caminho para destrancar a pauta de votações. Restará a MP que dá crédito extraordinário ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).

Na sessão de ontem, houve acordo para transformar dois requerimentos

de convocação do ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, em convite e foi aprovada urgência para dois projetos de resolução: o que cria sessões deliberativas de debates temáticos e o que dá competência ao Senado para avaliar anualmente o Sistema Tributário Nacional, incluindo as administrações tributárias da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. **3**



Renan anuncia a votação das MPs ao lado do vice-presidente do Senado, Jorge Viana

Lindbergh assume presidência da Comissão de Assuntos Econômicos

Eleito para liderar a comissão no período 2013-2014, o senador disse que

prioridade serão os projetos que criam novas regras para o pacto federativo. **4**



Sérgio Souza, Lindbergh Farias, Delcídio do Amaral e Francisco Dornelles

Collor dirige Comissão de Infraestrutura

Fernando Collor foi escolhido ontem para presidir a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Ele substituiu Lúcia Vânia e terá como vice Sérgio Petecão.

Collor pediu o fortalecimento das comissões temáticas da Casa. Hoje a CI analisa indicações para diretorias da Agência Nacional de Transportes Terrestres. **5**



Entre Lúcia Vânia e Blairo Maggi, Collor assume a CI depois de ter comandado a Comissão de Relações Exteriores

Senado estuda embaixadores para China e Argentina **6**

Comissões escolhem hoje novos presidentes **4**

CPI quer a PF em investigações de tráfico de pessoas

A CPI do Tráfico de Pessoas entregou aos ministros da Justiça, dos Direitos Humanos e das Políticas para as Mulheres o relatório final. Os senadores pedem o ingresso

da Polícia Federal nas investigações sobre o desaparecimento de cinco crianças em Natal e no combate ao tráfico de travestis do Amazonas para São Paulo. **8**



Presidente da CPI, Vanessa Grazziotin fala aos ministros Maria do Rosário, José Eduardo Cardozo e Eleonora Menicucci

Três audiências tratarão da MP do setor elétrico **5**

Gestões do PT voltam a ser discutidas por senadores **7**

Médicos do Senado devem ir para o SUS, pede ministro

Padilha propôs a Renan que profissionais do atendimento ambulatorial, que será extinto, sejam transferidos por termo de cooperação ou convênio

O MINISTRO DA Saúde, Alexandre Padilha, visitou o Senado ontem para pedir ao presidente da Casa, Renan Calheiros, que os médicos da Secretaria de Assistência Médica e Social (Sams) sejam aproveitados no Sistema Único de Saúde (SUS) no Distrito Federal. Padilha também pediu apoio a um projeto que altera a Lei do SUS (Lei 8.080/90) para regular a responsabilidade sanitária. Na semana passada, Renan anunciou a decisão de extinguir o serviço ambulatorial do Senado.

O ministro disse ter proposto a Renan que os órgãos façam termo de cooperação ou convênio, incluindo o governo do Distrito Federal (GDF), para a transferência que ele sugeriu.

— Esse é um gesto importante do Senado, não só de corte de gastos, mas de pegar essa estrutura e colocá-la à dispo-



Ministro diz a Renan que o Senado pode colaborar no atendimento à população

sição da população brasileira — disse Padilha.

Segundo ele, Renan respondeu de forma positiva. O próximo passo, de acordo com o ministro, será conversar com o GDF para identificar quais são os serviços adequados para receber a equipe. Conforme Padilha, seriam 137 profissionais da área da saúde que estão em serviço no Senado, mas nem todos seriam aproveitados no GDF. A direção do serviço médico, entretanto, informou que ali trabalham 80 profissionais: 46 médicos, 27 profissionais de enfermagem (15 enfermeiros e 12 técnicos), 1

fisioterapeuta, 1 farmacêutico, 1 nutricionista, 3 dentistas e 1 psicólogo.

— A quantidade de profissionais que vão participar desse programa, dessa cooperação, vai depender da conversa com o GDF para identificar quais são os serviços, quais são os hospitais. Porque a demanda do GDF são especialidades de que o SUS precisa muito: radiologista, urologista, gineco-obstetra, psiquiatra. Ou seja, o Senado poderá dar uma grande colaboração no Sistema Único de Saúde para a população do Distrito Federal — explicou o ministro.

Jane de Araújo/Agência Senado

Davim: Ministério da Saúde acerta ao criar rede para doentes crônicos

Paulo Davim (PV-RN) disse que foi uma decisão acertada do Ministério da Saúde a criação de uma rede de atenção para cuidar dos pacientes com doenças crônicas.

— No Brasil, 72% das causas de morte são as doenças crônicas e correspondem a 60% do ônus que o erário público tem no tratamento de todas as doenças — afirmou.

Citando o exemplo da hipertensão, Davim ressaltou que, apesar de ter uma prevalência de 20% na população adulta do Brasil, o país ainda não tem um atendimento amplo e universalizado para os hipertensos.

Segundo ele, tratar a hipertensão não é apenas distribuir remédios, mas envolve estimular a atividade física e diminuir do sódio na dieta. O senador citou um plano do Ministério da Saúde de diminuição de sódio nos alimentos industrializados.

— Espera-se que, quando tivermos no Brasil a presença de sódio em alimentos industrializados abaixo de 5 gramas por pessoa, haja uma redução de 15% dos acidentes vasculares cerebrais [AVCs] e 10% no obituário por infarto



Pedro Franco/Agência Senado

Davim, que é médico: doença crônica é desafio para a saúde pública

agudo no miocárdio.

O senador enfatizou a questão da obesidade, especialmente nas crianças e nos adolescentes.

— A juventude hoje é a juventude de internet, de jogos eletrônicos. Se hoje nós temos a prevalência na população adulta de 20% de hipertensão, eu fico imaginando quando essas crianças e esses adolescentes tiverem 40 anos de idade. Qual vai ser essa prevalência de hipertensão na população? — questionou.

Para o senador, o Ministério da Saúde precisa ampliar seu olhar para os doentes crônicos a fim de atender à população na idade escolar.

— A obesidade infantil é grave e traz o risco de termos adultos também obesos e doentes.

Padilha defende criação de metas na Saúde

O ministro citou também o PLS 174/11, que regula a responsabilidade sanitária. O projeto estabelece metas de saúde para União, estados e municípios, mecanismos de cobranças dessas metas e punição dos gestores caso elas não sejam cumpridas. Padilha disse que o projeto é prioritário para o ministério e

fundamental para o SUS.

— Nenhum país da nossa dimensão, com mais de 100 milhões de habitantes, assumiu o desafio de buscar ter um sistema universal, público e gratuito para toda a sua população. Esse desafio tem que ser construído com três esferas de governo: governo federal, estado e município — disse.

A proposta, do senador Humberto Costa (PT-PE), está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e aguarda relatório do senador Jorge Viana (PT-AC). Se aprovado na CCJ, o texto ainda deve passar pela análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) antes de seguir para votação na Câmara dos Deputados.

Frente parlamentar pede apoio para as Santas Casas

Integrantes da Frente Parlamentar de Apoio às Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas na Área de Saúde pediram ontem apoio do presidente do Senado, Renan Calheiros, para que seja reajustado o repasse de cem procedimentos do Sistema Único de Saúde (SUS).

— Eles respondem por metade do atendimento médico e ambulatorial do país e estão ameaçados de fechar as portas. A cada R\$ 100 que as Santas Casas gastam no atendimento do SUS, recebem R\$ 65 — disse Aloysio Nunes (PSDB-SP).

A dívida das Santas Casas e dos hospitais beneficentes superou R\$ 11 bilhões em 2012. Os parlamentares também cobram a renegociação dessas dívidas com o governo.

Juízes reivindicam adicional por tempo de serviço

O presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Nelson Calandra, apresentou ontem reivindicações da categoria ao presidente do Senado, Renan Calheiros. Ele tratou principalmente do adicional por tempo de serviço, que deve compor a remuneração da carreira de magistratura, segundo a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 2/11, em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), sob relatoria de Gim (PTB-DF).

Segundo Calandra, a medida poderia estimular os juízes a permanecerem na carreira. Ele disse que hoje existe um êxodo muito grande por questões salariais.

Calandra também defendeu a PEC 15/12, que trata das eleições diretas nos tribunais

de Justiça. A PEC aguarda designação de relator na CCJ.

— A medida vai melhorar a gestão e a Justiça no Brasil — declarou o magistrado.

Calandra se disse contrário ao mandato para ministro do Supremo Tribunal Federal e à possibilidade de a aposentadoria compulsória dos magistrados passar dos 70 para os 75 anos. Ambas as mudanças estão previstas na PEC 3/13, de Fernando Collor (PTB-AL). Segundo Calandra, a AMB também é contrária à redução das férias de 60 dias para os juízes, pois a medida, a seu ver, não trará benefícios para os tribunais.

— O que vai melhorar a Justiça brasileira é a migração para o mundo digital, tirando-nos do mundo do papel — disse Calandra.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 18h30 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Votação de medidas provisórias

14h Senadores devem votar as Medidas Provisórias 581/12 e 582/12, que perdem a validade amanhã. Uma terceira MP, 588/12, continuará trancando a pauta de votações.

PRESIDÊNCIA Governador do Espírito Santo e ministra da Cultura

11h O senador Renan Calheiros recebe o presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de Alagoas, Pedro Robério de Melo Nogueira; às 11h15, Luiz Alberto Gurgel de Faria, do TRF da 5ª Região, e Luciano Guimarães, do TRE-AL; às 11h30, o líder do PTB na Câmara dos Deputados, Jovair Arantes; às 12h, governador do Espírito Santo, Renato Casagrande; às 12h30, a ministra da Cultura, Marta Suplicy; e, às 16h, preside a ordem do dia.

CI Análise de requerimentos

8h30 A Comissão de Serviços de Infraestrutura se reúne para votação de requerimentos. Um deles solicita ciclo de audiências públicas dentro de uma agenda específica de debates.

CRE/CCJ/CE/CAS/CMA/CRA/CMMC Eleições de presidentes e vices

9h30 na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; 10h, na de Constituição, Justiça e Cidadania; 11h, na de Educação, Cultura e Esporte e na de Assuntos Sociais; 12h, na de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; 14h30, na de Agricultura e Reforma Agrária e na de Mudanças Climáticas.

CMO Auxílio a vítimas da seca

14h30 Comissão Mista de Orçamento vota a Medida Provisória 596/12, que abre crédito de R\$ 573,33 milhões para, entre outros objetivos, auxiliar famílias atingidas pela seca.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Votação de medidas provisórias começa a destrancar a pauta hoje

Desoneração de folha de pagamentos e regulamentação do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste perdem a validade amanhã

DEVEM COMEÇAR a ser votadas hoje as medidas provisórias (MPs) que trancam a pauta do Senado. O presidente da Casa, Renan Calheiros, anunciou a votação das MPs 581/12 e 582/12 em resposta à cobrança do líder do DEM, José Agripino (RN), que alertou para o fato de elas perderem a validade amanhã.

A MP 582/12 amplia a desoneração da folha de pagamentos para diversos setores, tributando a receita bruta em substituição às contribuições para a Previdência. A MP tem outros benefícios, totalizando renúncia fiscal de R\$ 16,48 bilhões em cinco anos (2013 a 2017), e foi aprovada pela Câmara como PLV 1/13.

A MP 581/12, transformada no PLV 32/12, regulamenta o Fundo de Desenvolvimento



Agripino (D) fala diante de Armando, João Vicente, Jayme e Taques na sessão em que cobrou a votação das MPs

do Centro-Oeste (FDCO) e autoriza créditos à Caixa Econômica Federal (R\$ 13 bilhões) e ao Banco do Brasil (R\$ 8,1 bilhões) para financiamentos a projetos de infraestrutura e agropecuária e a pessoas físicas.

Também tranca a pauta a MP 588/12, que dá crédito extraordinário de R\$ 1,68 bilhão para o Fundo de

Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).

Dois requerimentos de Alvaro Dias (PSDB-PR) que pediam convocação do ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, devem ser retirados de pauta. O primeiro-vice-presidente do Senado, Jorge Viana (PT-AC), anunciou acordo para substituí-los por convites para

que o ministro fale na Comissão de Relações Exteriores (CRE). A Mesa do Senado aguarda apenas a formalização do pedido.

Ontem foi anunciada para 18 de março a sessão de homenagem ao ex-senador Ronaldo Cunha Lima (1936-2012). Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), filho do homenageado, agradeceu a iniciativa.

Senadores aprovam urgência para criação de sessões temáticas

Foram aprovados ontem em Plenário requerimentos de urgência para dois projetos de resolução: o PRS 9/13, que institui sessões de debates temáticos, e o PRS 27/11, que regulamenta a avaliação do Sistema Tributário Nacional.

A primeira proposta, de autoria da Mesa do Senado, prevê que sessões deliberativas possam debater um único assunto — relevante e de interesse nacional. O objetivo é concentrar a discussão de projetos sobre um mesmo tema, aprofundando o debate.

O PRS 27/11, de Renan Calheiros (PMDB-AL), está na pauta da Comissão de

Constituição e Justiça (CCJ) e altera o Regimento Interno para regulamentar a competência do Senado de avaliar o Sistema Tributário Nacional. De acordo com o texto, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) terá a competência de avaliar anualmente o funcionamento do sistema e o desempenho das administrações tributárias da União, estados, Distrito Federal e municípios.

O projeto também permite que o Senado peça informações e documentos aos entes federados de todos os Poderes, além do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Comissão de Orçamento analisa verba para atingidos pela seca

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se hoje para examinar a MP 596/12, que abre créditos extraordinários de R\$ 573,33 milhões para, entre outros objetivos, auxiliar famílias atingidas pela seca. Desse total, a MP destinou R\$ 358 milhões ao Ministério da Integração Nacional, sendo R\$ 200 milhões para ações de defesa civil e R\$ 158 milhões para auxílio emergencial. Ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, a MP destinou R\$ 215,33 milhões para pagar parcelas do benefício Garantia-Safra, que visa garantir renda mínima a agricultores atingidos por secas ou enchentes.

Também está na pauta da CMO o PLN 55/12, projeto de lei do governo que permite incluir no Orçamento de 2013, ainda não aprovado pelo Congresso, reajuste para diversas categorias de servidores públicos. As categorias citadas — como auditores-fiscais da Receita Federal e analistas do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários, entre outras — não haviam sido incluídas entre as que devem receber o aumento de 15,8% parcelado em três anos. O relator é o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que foi relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013.

Produtores de cana buscam apoio para safra

Representantes do setor sucroenergético do Nordeste visitaram ontem o presidente do Senado, Renan Calheiros. Eles buscam apoio dos parlamentares para minimizar os prejuízos da seca na região.

As entidades querem a liberação de subsídio econômico para os produtores em relação à safra 2011-2012. A proposta é garantir a recapitalização do agricultor para investir na nova safra mediante a liberação de

R\$ 10 por tonelada de cana produzida no período. Eles pedem que a medida seja incluída em forma de emenda em medidas provisórias em tramitação no Congresso que tratam do tema.

— Essa solicitação está baseada nas perdas que nós tivemos e estamos tendo com a seca que está comprometendo toda a produção no Nordeste. Estamos perdendo cerca de 20 reais por tonelada de cana que nós produzimos — explicou Lourenço Lopes, presidente da Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas.

Uma das medidas provisórias sobre o tema (MP 596/12) amplia o pagamento de valor adicional ao benefício Garantia-Safra para o período 2011-2012. A mais recente delas (MP 603/13) altera a MP 587/12, que já autorizava um adicional ao benefício e ao Auxílio Emergencial Financeiro para agricultores familiares atingidos pela seca no Nordeste.



Entidades querem que subsídio ao setor seja incluído em MPs que tramitam no Congresso

Senadores do RJ e ES defendem no Supremo decisão de Luiz Fux

O senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) disse confiar que o Supremo Tribunal Federal (STF) manterá a liminar do ministro Luiz Fux determinando a apreciação dos vetos presidenciais pelo Congresso em ordem cronológica. O Plenário do STF deve dar a palavra final sobre a questão hoje e também sobre a possibilidade de votação do Orçamento antes do exame dos mais de 3 mil vetos pendentes.

Ontem, deputados e senadores do Rio de Janeiro e Espírito Santo, estados produtores de petróleo, foram ao STF. Os parlamentares querem que a liminar de Fux seja mantida para que a análise do veto presidencial à nova Lei dos Royalties do petróleo entre na fila das 3 mil pendências. Caso contrário, o veto poderá ser analisado logo e derrubado pelas bancadas de estados não produtores.



Fux entende que exame dos vetos deve ser em ordem cronológica

Lídice quer prorrogar socorro a agricultores do semiárido

Lídice da Mata (PSB-BA) solicitou ao governo federal a prorrogação das ações de apoio aos produtores rurais afetados pela seca do semiárido nordestino. A senadora afirmou que as consequências da seca foram “destruidoras” para a produção da área atingida.

Ela pediu a prorrogação do Vendas em Balcão, programa da Conab que comercializa milho em grãos a preço subsidiado para pequenos criadores rurais e agroindústrias de pequeno porte. Lídice também quer manter as linhas especiais de crédito instituídas para produtores rurais afetados pela seca na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

— Além disso, [é necessária] a extensão até 31 de dezembro do prazo para formalização das renegociações e prorrogações das parcelas de crédito rural vencidas e vincendas dos produtores rurais afetados pela seca — acrescentou.

Senador assume presidência da Comissão de Assuntos Econômicos afirmando que quer projeto que trata do ICMS aprovado pelo colegiado até o final de março

Lindbergh diz que prioridade é pacto federativo

O SENADOR LINDBERGH FARIAS (PT-RJ) assumiu ontem a presidência da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e afirmou que a “reapetuação federativa” será a prioridade dos trabalhos da comissão no período 2013-2014. O senador foi eleito por unanimidade.

Para vice-presidente, foi escolhido Sérgio Souza (PMDB-PR). Ele defendeu a aprovação de propostas que reduzam o chamado custo Brasil.

Lindbergh citou como pontos principais da agenda dessa reapetuação federativa a reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), a mudança no indexador das dívidas dos estados e dos municípios e a alteração nos critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

De acordo com ele, a CAE conta com senadores que conhecem em profundidade os problemas dos estados e, por isso, avançará na construção de “uma boa política”. O ponto de partida das mudanças, segundo Lindbergh Farias, é a reforma do ICMS, para acabar com a guerra fiscal, que “prejudica os investimentos e a Federação”.

O novo presidente da CAE prometeu um debate “amplo e democrático” sobre o projeto que reduz as alíquotas interestaduais do ICMS até a unificação total delas em 2025 (PRS 1/13). A intenção dele é pôr a proposta em votação na CAE até o fim de março, para permitir a decisão do Plenário em abril.

O PRS 1/13 se vincula ao conteúdo da Medida Provisória 599/12, que prevê crédito automático da União em favor dos estados, em valor equivalente à redução das alíquotas, no período de 20 anos. O prazo final de tramitação da MP no Congresso é 16 de maio de 2013.



Lindbergh Farias, novo presidente da CAE, fala ao lado de Sérgio Souza (E), vice-presidente, e Francisco Dornelles

Colegiado examinará texto sobre dívidas estaduais

O novo presidente da CAE, Lindbergh Farias, lembrou que a comissão analisará o projeto PLP 238/13, hoje em tramitação na Câmara dos Deputados, que prevê um novo critério para as dívidas estaduais e municipais, que passariam a ser corrigidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais juros de 4% ao ano.

Atualmente, o saldo devedor é atualizado pelo Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP-DI) mais juros de 6% a 9%.

O assunto é tratado em propostas semelhantes em tramitação no Senado. Projetos de Eduardo Braga (PMDB-AM) e Francisco Dornelles (PP-RJ) — PLS 334/11 e PLS 86/12 — também preveem o uso do IPCA na atualização monetária das dívidas, mas fixam os juros, respectivamente, em 2% e 3% ao ano.

O PLP 238/13 também facilita a aprovação de convênio que concede remissão (perdão) dos créditos tributários decorrentes da guerra fiscal. Em vez da unanimidade dos secretários estaduais de Fazenda, a aprovação poderá ser feita por três quintos das unidades federadas e um terço dos estados integrantes de cada uma das cinco regiões do país.

A proposta é de grande importância para a maioria dos estados, já que decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) quanto à inconstitucionalidade dos incentivos fiscais concedidos sem a unanimidade dos estados deverão produzir forte impacto nas finanças da maioria das unidades federativas.

Nova partilha do FPE será analisada em março

Lindbergh Farias também anunciou a intenção de trabalhar com as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) em busca de um consenso mínimo em torno dos novos critérios de partilha do FPE. O parlamentar apoiou a decisão do presidente do Senado, Renan Calheiros, de marcar a votação do projeto para 19 de março.

Depois de declarar a inconstitucionalidade dos atuais critérios de distribuição do FPE, o Supremo fixou prazo para a aprovação de uma nova lei pelo Parlamento, que venceu em dezembro de 2012. Em janeiro, o presidente em exercício do STF, ministro Ricardo Lewandowski, determinou que as regras de distribuição do fundo continuassem em vigor por mais 150 dias.

No ano passado, o líder do PT no Senado, Walter Pinheiro (BA), apresentou substitutivo a um dos vários projetos em tramitação no Senado (PLS 289/11). Pinheiro sugeriu a manutenção para este ano de um piso equivalente ao que cada estado recebeu no ano passado. A distribuição do excedente seria feita com base em dois critérios: população e fator inverso da renda per capita nominal domiciliar.

Lindbergh disse que quer consolidar a CAE como fórum de debate da economia. Uma de suas primeiras medidas foi marcar para as segundas-feiras audiências públicas para “debates plurais” sobre os problemas do país.

Em 2 anos, comissão vota 515 projetos

A CAE votou 515 propostas em 2011 e 2012, período em que foi presidida por Delcídio do Amaral (PT-MS).

Os números foram citados ontem pelo próprio Delcídio, num balanço das atividades realizadas nas duas últimas sessões legislativas.

Entre os projetos aprovados mais importantes, Delcídio do Amaral citou a ampliação do rol de empresas aptas a ingressar no Simples Nacional (PLC 77/11), a criação do Sistema Único de Assistência Social (PLC 189/10), o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais (PLC 2/12), a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social (PLC 40/10) e a unificação das alíquotas do ICMS nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior (PRS 72/10).

Vários parlamentares fizeram elogios ao trabalho desenvolvido por Delcídio como presidente e por Lobão Filho (PMDB-MA) como vice-presidente da comissão.

Vital e Anibal devem assumir hoje comando da Comissão de Justiça

Vital do Rêgo (PMDB-PB) e Anibal Diniz (PT-AC) devem ser eleitos hoje presidente e vice-presidente, respectivamente, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para o período 2013-2014. A reunião para a instalação dos trabalhos e a eleição da presidência está marcada para as 10h.

Formada por 23 senadores, a CCJ é responsável pela análise da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade

dos projetos que tramitam no Senado. Também é da competência da comissão emitir parecer sobre propostas que tratam da perda de mandato de senador e da escolha de ministros do Supremo Tribunal Federal e do procurador-geral da República.

A CCJ tem pela frente uma agenda que inclui, entre outras propostas, a PEC das Domésticas e três PECs que alteram o rito de exame dos vetos presidenciais.

Cyro é o mais cotado para a Comissão de Educação

Está prevista para as 11h de hoje a eleição do presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O indicado pelo PSDB é Cyro Miranda (PSDB-GO), que terá pela frente — caso seja confirmado no cargo — uma ampla pauta de temas importantes.

O primeiro desafio da comissão será a discussão do Plano Nacional de Educação, que estabelece metas a serem atingidas pelo país ao longo dos próximos anos.

Entre elas, a destinação

de recursos equivalentes a 10% do produto interno bruto (PIB) à educação, a universalização da pré-escola para crianças de 4 a 5 anos e a expansão do ensino em tempo integral.

O Plano Nacional de Educação está dois anos atrasado. As metas seriam para o período de 2011 a 2020.

Na área da cultura, o principal tema a ser debatido pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte nos próximos dois anos deverá ser a atualização da Lei Rouanet,

de incentivo à cultura.

Um projeto nesse sentido ainda tramita na Câmara dos Deputados, mas poderá ser encaminhado ao Senado nos próximos meses.

O período também será marcado pela realização, no Brasil, dos dois maiores eventos esportivos do planeta: a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. A comissão deverá acompanhar, como já tem feito nos dois últimos anos, os preparativos para a realização dos eventos.

Dirigida por Collor, Comissão de Infraestrutura tem reunião hoje

O presidente e o vice, Petecão, foram eleitos ontem por unanimidade, e hoje a CI tem na pauta indicações para três diretorias da ANTT

O SENADOR FERNANDO Collor (PTB-AL) foi eleito presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) para o biênio 2013-2014. O novo vice será Sérgio Petecão (PSD-AC). Ambos foram escolhidos por unanimidade.

Collor convocou reunião para hoje, às 8h30. Entre as matérias que aguardam decisão na CI, estão as mensagens presidenciais que indicam nomes para três diretorias da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT): Natalia Marcassa de Souza, Carlos Fernando do Nascimento e Daniel Sigelmann.

Os textos não especificam a diretoria reservada a cada um dos indicados. O mais provável é que Sigelmann, se aprovado, seja posteriormente empossado como diretor-geral da agência. Atualmente, ele é secretário de Fomento para Ações de Transporte do Ministério dos Transportes.

Hoje, três das cinco diretorias da agência são ocupadas por interinos nomeados pelo governo, sem prévia aprovação do Senado. Ivo Borges, com mandato efetivo, foi deslocado



Observado por Gim, Alvaro (D) cumprimenta Collor: senador por Alagoas foi eleito para o biênio 2013-2014

de uma das diretorias para o posto de diretor-geral. Ele ocupou o lugar de Bernardo Figueiredo, que teve a recondução para o posto rejeitada pelo Senado, em março do ano passado.

Na sequência, o governo retirou as indicações já encaminhadas para as outras duas vagas em aberto na diretoria da ANTT. Somente em dezembro as mensagens com

as novas indicações foram encaminhadas ao Senado. Se passarem pelo exame da CI, os indicados precisarão ainda de confirmação do Plenário.

Resgate

Em pronunciamento, Collor criticou o enfraquecimento das comissões temáticas do Senado nos últimos anos e pediu resgate dos poderes de análise e fiscalização desses

colegiados. O senador lembrou que durante sua primeira gestão à frente da CI, no biênio 2009-2010, a comissão realizou um ciclo de debates sobre desafios estratégicos setoriais e temas vinculados ao desenvolvimento do país tendo em perspectiva o período 2009-2015. Nos últimos dois anos, Collor presidiu a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Lúcia Vânia lembra debates ao deixar a presidência

Ao se despedir do cargo de presidente, Lúcia Vânia (PSDB-GO) lembrou que a CI debateu temas importantes durante a gestão dela, como o setor elétrico, portos e rodovias, entre outros.

— Embora seja da oposição, nunca permiti que a comissão fosse palanque deste ou daquele partido. A comissão

trabalhou com a maior isenção, sempre abordando os temas de forma técnica e respeitando a opinião de todos — disse a senadora, que teve Blairo Maggi (PR-MT) como vice no biênio 2011-2012.

Ela, Collor e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) reclamaram que as comissões mistas criadas para a análise de medidas

provisórias ignoram e atropelam os trabalhos da CI e de outras comissões permanentes. Lúcia Vânia citou a chamada MP dos Portos. Segundo ela, a comissão mista deveria contar com representantes da CI, que já debateu o tema com profundidade.

Gim (PTB-DF) disse que a CI foi uma das comissões que

mais trabalharam nos últimos dois anos. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) afirmou que Lúcia Vânia conduziu a comissão “com espírito democrático, seriedade, aplicação e competência”. Waldemir Moka (PMDB-MS), Delcídio do Amaral (PT-MS), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) elogiaram o trabalho da senadora.

Rodrigues quer aplicação de 5% da Cide em transportes

Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) pediu a aprovação de projeto de autoria dele que obriga a aplicação de pelo menos 5% dos recursos arrecadados com a Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (Cide) na infraestrutura de transportes. O senador frisou que, embora tenha sido criada para esse fim, a arrecadação da Cide se soma aos cofres do Tesouro Nacional, sendo em boa parte utilizada para fazer volume no cálculo do superávit primário.

— Enquanto a implantação de transportes de massa como metrô e trens urbanos encontram barreiras na crônica escassez de recursos municipais e estaduais, milhares de veículos de transporte individual são emplacados a cada dia — disse.

Pela proposta (PLS 11/13), a previsão da percentagem mínima será adicionada à Lei 10.636/02, que criou a Cide, incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e derivados.

Pinheiro: tecnologia móvel ajudará na segurança da Copa

A contribuição da tecnologia móvel, utilizada em celulares e tablets, para a integração de estádios com

serviços de emergência e outras novidades que poderão ser usadas na Copa do Mundo de 2014 no Brasil, como aplicativos para a segurança de grandes eventos, foi destacada por Walter Pinheiro (PT-BA). O senador participou do congresso GSMA Mobile World 2013, em Barcelona, na Espanha, representando a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

— Lá, conhecemos vários serviços, com novos conceitos de supervisão e controle, assim como os aplicativos para cidades, com foco em mobilidade, transporte e logística, e aqueles que garantem melhor fluxo de informação para melhor atender a população — explicou.

O senador ressaltou o uso da tecnologia móvel para controle e monitoramento em ações de defesa civil, educação a distância e saúde.

Congresso fará 3 audiências sobre MP do setor elétrico

A comissão mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória (MP) 605/13, que dispõe sobre a Conta de Desenvolvimento Energético, realizará três audiências públicas com representantes de empresas, da sociedade e

do governo federal. Esse foi o plano de trabalho aprovado ontem, na primeira reunião da comissão, que é presidida por Ana Amélia (PP-RS).

As datas das audiências ainda serão marcadas. A proposta inicial apresentada

pelo relator, deputado federal Alexandre Santos (PMDB-RJ), previa a reunião de todos os convidados em uma só audiência, sendo realizadas reuniões adicionais caso necessário.

Porém, à medida que os

senadores sugeriam novos convidados para as discussões, ficou clara a necessidade de realização de três audiências públicas.

O senador Waldemir Moka (PMDB-MS) e o deputado federal Arnaldo Jardim (PPS-SP) lembraram que outras comissões de análise de medidas provisórias adotaram a prática de ouvir empresas, sociedade e governo em audiências separadas.

O deputado Paulão (PT-AL) argumentou que a audiência única “aquece o debate” e otimiza o tempo.

Ana Amélia acolheu a proposta das três audiências, considerando que a comissão tem dois meses para emitir parecer.



Entre os deputados Alexandre Santos (E) e Valmir Assunção, a senadora Ana Amélia fala à comissão mista

Comissão de Relações Exteriores escolhe hoje novo presidente

Ferraço foi o indicado do PMDB para o cargo; comissão tem em pauta indicações para 11 embaixadas, incluindo a da China e a da Argentina

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) retomará os trabalhos hoje e já terá em pauta 11 indicações presidenciais de novos embaixadores à espera de votação. O novo presidente da comissão será escolhido hoje. Ricardo Ferraço (PMDB-ES) foi o indicado do partido ao cargo.

Caberá ao novo presidente indicar os relatores das mensagens presidenciais que apontam novos embaixadores para China, Argentina, Colômbia, Grécia, Hungria, Belize, Timor Leste, Armênia, Tunísia e Azerbaijão, além de representante permanente junto à ONU e demais organismos internacionais em Genebra, na Suíça.

Uma vez concluídos os pareceres dos relatores, os indicados serão ouvidos em sabinas pela comissão. Depois, as indicações serão votadas pela CRE e pelo Plenário.

Os principais debates devem se concentrar nas indicações dos novos embaixadores brasileiros em Buenos Aires e



Ricardo Ferraço, indicado para presidir a Comissão de Relações Exteriores

Pequim, capitais de países com os quais o Brasil mantém fortes relações comerciais e políticas.

Os embaixadores indicados respectivamente para a Argentina e a China, Everton Vieira Vargas e Waldemar Carneiro Leão Neto, apresentarão aos senadores da comissão as prioridades do governo brasileiro nas relações com os dois países.

Embaixador em Berlim desde 2009, Vargas terá pela frente — caso tenha o nome aprovado — uma relação marcada pela recente queda no comércio entre Brasil e Argentina.

Demanda

Em 2011, quando ainda se podiam sentir os efeitos do crescimento econômico da Argentina e de políticas de estímulo à demanda nos dois países, o comércio bilateral alcançou a marca histórica de US\$ 39,6 bilhões. Como resultado da crise econômica internacional e da desaceleração de ambas as economias, porém, nos primeiros 11 meses de 2012 o resultado global do comércio ficou em US\$ 31,5 bilhões.

Leão Neto já foi embaixador no Canadá e na Colômbia. Em 2011, assumiu o posto de subsecretário-geral de Assuntos Econômicos e Financeiros do Ministério de Relações Exteriores. Caso seja aprovado pelo Senado, ele chegará a Pequim

um ano antes da celebração de quatro décadas do estabelecimento de relações entre o Brasil e a China.

Desde 2009, a China é o principal destino das exportações brasileiras. Desde 2012, é também a principal origem das importações nacionais.

As exportações brasileiras se concentram em soja, minérios e petróleo. Um dos principais desafios do novo embaixador será diversificar as exportações para a China.

Embaixadores

A CRE analisará os indicados para as 11 representações abaixo:



Alvaro intercede por senador boliviano refugiado em embaixada brasileira

Alvaro Dias (PSDB-PR) pediu ao governo brasileiro que se empenhe em ajudar a resolver a situação do senador boliviano Róger Molina, há nove meses asilado na embaixada brasileira em La Paz. Ele é opositor do presidente Evo Morales.

— Ele vive confinado em

um espaço improvisado de 20 metros quadrados em nossa embaixada, enquanto aguarda as negociações entre La Paz e Brasília, que envolvem a concessão de um salvo-conduto para ele deixar o país — relatou.

Alvaro disse que o senador boliviano baseou o pedido de asilo em perseguição política e ameaças do governo Morales. A perseguição teria começado por causa de denúncias de Molina sobre um suposto envolvimento de membros do governo Evo com o narcotráfico.

De acordo com Alvaro, o Brasil deve pressionar o país vizinho a conceder o salvo-conduto a Molina.

— Cabe um esforço maior da diplomacia brasileira, pois se trata de uma questão de razão humanitária — pediu.



Alvaro Dias diz que o Brasil precisa pressionar a Bolívia por salvo-conduto

Ângela apoia reajuste salarial de 15,8% a policiais militares de ex-territórios

Ângela Portela (PT-RR) elogiou a iniciativa do governo federal de encaminhar ao Congresso Nacional, em dezembro, o PLN 55/12, estendendo aos policiais militares dos ex-territórios de Roraima, Rondônia e Amapá o reajuste salarial de 15,8% concedido

às demais categorias do Poder Executivo em agosto de 2012. A proposta encontra-se sob análise da Comissão Mista de Orçamento (CMO).

A senadora explicou que a conquista decorreu do empenho das ministras do Planejamento, Miriam Belchior, e da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, das entidades representativas dos servidores públicos e dos parlamentares, que contribuíram com a pressão política.

— Os policiais militares de Roraima mereciam ser contemplados com os referidos reajustes, uma vez que estavam sem aumento há anos — defendeu, enfatizando as dificuldades que esses profissionais enfrentam na atividade diária, por atuarem em uma região de fronteira.



Ângela cita proposta de reajuste para PMs, que está sob análise de comissão

Acre virou exemplo de “bom governo”, afirma Viana

Jorge Viana (PT-AC) falou dos seus feitos na Prefeitura de Rio Branco e no governo do Acre.

— Venho à tribuna agradecer a todos os que nos ajudaram na construção desse projeto exitoso, vitorioso, de valorização do Acre, um estado que tem uma história tão bonita, um povo trabalhador, mas que vivia nas páginas policiais da imprensa. Agora não. Se quiser falar de referência, de indicadores sociais, econômicos, de mudanças que bons governos e prefeituras podem fazer, o Acre tem de estar nesse debate — afirmou Viana.

Para o senador, é importante celebrar a “trajetória de sucesso do estado neste período em que a política, os políticos, os partidos, são tão questionados”.

Segundo Viana, até mesmo os opositores reconhecem “as grandes e boas mudanças” que ocorreram.

— É uma construção coletiva que virou referência de gestão — afirmou, lembrando ter sido o primeiro prefeito do PT numa capital da Amazônia e um dos primeiros governadores do partido.

O senador disse ter sacrificado tempo de dedicação à própria família para se dedicar “à família de todos”.

— Mas acho que não foi errado, porque as famílias do Acre hoje vivem melhor.



Jorge Viana fala de seus mandatos como prefeito e governador

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burl

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Gestões do PT geram novo debate em Plenário

Os dez anos do PT à frente da Presidência da República voltaram a ser discutidos ontem, na tribuna do Senado, em pronunciamentos de governistas e da oposição. Dessa vez, foi o líder da Minoria, Mário Couto, quem se

encarregou de criticar as gestões petistas. Ele acusou o PT de mentir à sociedade e fez elogios ao presidente do STF, Joaquim Barbosa, pela forma como conduziu o julgamento do mensalão. Pelo lado do governo, Paulo Paim, Eduardo

Suplicy e Humberto Costa relacionaram conquistas dos governos Lula e Dilma nas áreas econômica e social. Humberto afirmou que o “discurso de desconstrução” dos oposicionistas não corresponde à realidade vivida pelo país.

Mário Couto diz que PT repete mentiras para enganar população



O líder da Minoria no Senado, Mário Couto (PSDB-PA), acusou o PT de mentir para a população e de implantar a “maior dose da desgraça e do veneno chamado

corrupção” no Brasil. Ele disse que os parlamentares que vão à tribuna defender o governo petista querem apenas a aprovação de emendas orçamentárias ou um cargo público.

— Hitler, quando queria enganar e mentir à população, repetia por muitas e muitas vezes uma mentira até que ela se tornasse realidade. Assim o PT faz, assim o PT sempre fez e assim o PT vai continuar fazendo.

O senador também denunciou a existência de processos que tramitam no Supremo Tribunal Federal (STF) há mais de dez anos e não são julgados. Segundo ele, o mensalão, concluído no fim do ano passado, foi uma “gota d’água no oceano”.

— Temos muitos processos de políticos que se escondem atrás do governo, de políticos que vêm aqui só acionar aquele painel para votar no governo, para receber do governo o apoio no sentido de não fazer andar e tramitar esses processos.

Mário Couto elogiou o presidente do STF, Joaquim Barbosa, por ter punido, segundo o senador, os “petistas corruptos”.

Humberto Costa aponta indicadores sociais e critica discurso da oposição



Humberto Costa (PT-PE) citou conquistas do governo federal nos últimos anos e criticou a oposição. Ele lembrou que, na semana passada, o senador Aécio Neves

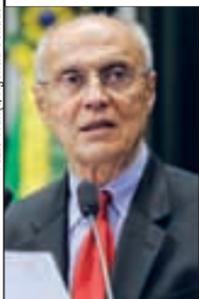
(PSDB-MG) e outros parlamentares fizeram críticas aos dez anos de governo do PT, observando que “esse discurso de desconstrução não dialoga com a realidade”.

Humberto disse que a renda dos 20% mais pobres cresceu 5,1% ao ano com o governo do PT, um ritmo sete vezes maior que nas gestões anteriores. Afirmou que o salário mínimo cresceu 70,7% em termos reais nos últimos oito anos e que saíram da miséria absoluta mais de 22 milhões de brasileiros.

Também elogiou a política econômica do governo, que possibilitou a geração de quase 20 milhões de empregos formais nos últimos dez anos, levando o Brasil à menor taxa de desemprego dos últimos anos (5,4%, em janeiro).

O senador ressaltou a manutenção do crescimento econômico, que, embora pequeno, foi mantido em plena crise econômica mundial. Ele ainda condenou a oposição por não apresentar, em suas críticas, “uma única proposta que diga como o Brasil pode crescer com mais rapidez”.

Suplicy resalta avanços econômicos e sociais das administrações petistas



Os dez anos de governo do PT levaram o Brasil a avanços em indicadores econômicos, como a redução das taxas de juros e a elevação das reservas internacionais,

disse Eduardo Suplicy (PT-SP). Para ele, os maiores progressos se deram, no entanto, na área social, com as políticas de combate à pobreza.

— Desejo enfatizar, sobretudo, a exitosa política de combate à extrema pobreza desse período e a ampliação do bem-estar social e econômico que foi aprimorada pelo presidente Lula e intensificada pela presidenta Dilma — afirmou Suplicy.

O senador citou como exemplo números de um artigo da ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, e do presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Marcelo Neri, publicado na *Folha de S.Paulo*.

Segundo o texto, a desigualdade de renda brasileira atingiu o menor nível da série histórica, iniciada em 1960. Além disso, o artigo aponta queda de 47% na mortalidade infantil, aumento de três anos na expectativa de vida e queda de 58% na pobreza entre 2003 e 2011.

O senador atribuiu os números aos Programas Bolsa Família e Brasil sem Miséria.

Paim cita última edição do censo para comprovar melhoria no padrão de vida



A última edição do censo populacional, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra, segundo Paulo Paim (PT-SP), a melhoria generalizada nos padrões

de vida da população brasileira nos últimos dez anos. Ele reconheceu, entretanto, que ainda há desigualdades a serem combatidas, sobretudo no que se refere ao gênero e à raça.

Paim saudou o IBGE por ter realizado um levantamento completo da população brasileira, de quase 200 milhões de habitantes. Disse que o uso extensivo de tecnologia móvel, sem o uso de papel na pesquisa, fez desta edição a primeira operação digital do censo, com benefícios econômicos e para o meio ambiente.

O senador ressaltou que o censo aponta uma redução considerável no número de crianças de 10 a 17 anos ocupadas no mercado de trabalho, além da redução no índice de analfabetismo no país — 12,9% em 2000 contra 9% atuais.

A taxa de mortalidade infantil, lembrou Paim, também caiu. Ele destacou ainda a abertura da economia nacional no período e o surgimento de uma “classe média pujante”, que deu sustentação à economia durante a crise econômica global iniciada em 2008.

Vanessa registra lançamento do programa Prorural no Amazonas

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) destacou o lançamento, pelo governo do Amazonas, do Programa Prorural, que prevê a transferência de tecnologia à produção agrícola em dez setores, com foco na produção de juta e malva. O programa também prevê apoio à pecuária sustentável, piscicultura, manejo madeireiro, fruticultura, borracha e olericultura. As ações visam à organização social e comercialização dos produtos, a partir da atuação inicial de 200 profissionais, que estarão capacitados a levar tecnologia ao campo a partir de abril, disse a senadora. O Amazonas, sublinhou Vanessa, tem 98% de sua produção gerada pelo polo industrial da Zona Franca, com um setor primário pouco desenvolvido.

— Os ribeirinhos não têm a tradição do cultivo correto e sustentável, o cultivo se dá para a subsistência, mas é preciso avançar e contribuir com o crescimento do setor — afirmou.

Vanessa ressaltou que a Zona Franca “não é perene” e que a Floresta Amazônica guarda em si a maior riqueza, “que tem que ser aproveitada do ponto de vista sustentável, o eixo principal do Prorural”.



Casildo defende descentralização fiscal em favor dos municípios

A descentralização da política fiscal, hoje concentrada na União, é a forma de tornar possível o desenvolvimento dos estados e dos quase 6 mil municípios do Brasil, defendeu Casildo Maldaner (PMDB-SC).

Anualmente, disse o senador, Brasília recebe uma romaria de prefeitos rumo ao Congresso, em busca de saídas para responder a demandas municipais. O quadro, segundo ele, não difere muito nos estados, que sofrem com uma política fiscal centralizadora, que concentra nos cofres da União 60% ou mais do total arrecadado no país.

— A solução passa por um novo pacto federativo. Se não, estados e municípios têm que continuar na fila, no beija-mão, e o governo federal transforma-se em balcão de atendimento. Não funciona — afirmou.

De imediato, afirmou Casildo, o Parlamento deve cumprir o seu papel e decidir questões prementes, como as novas regras dos fundos constitucionais de desenvolvimento e a nova distribuição dos royalties do petróleo. O senador ainda destacou sua participação na abertura do *Congresso Catarinense de Municípios*, que termina hoje, em Florianópolis.



Moka destaca agenda legislativa do cooperativismo para este ano

O lançamento da agenda legislativa do cooperativismo 2013, na noite de ontem, foi registrada por Waldemir Moka (PMDB-MS). As cooperativas envolvidas compõem o sistema Organização das Cooperativas do Brasil (OCB).

— Essa é uma ferramenta para fortalecer o marco regulatório do setor, fazendo as cooperativas reconhecidas como agentes de desenvolvimento econômico e de promoção social — disse.

Para o senador, as cooperativas são a melhor forma de gerar riqueza e distribuí-las de maneira equânime, especialmente no atual cenário de crise econômica por que passa o mundo. Na avaliação do senador, a cada ano o segmento ganha mais força no Brasil.

Moka antecipou que a agenda legislativa das cooperativas está centrada, este ano, na aprovação do projeto de lei complementar que define o adequado tratamento tributário das cooperativas (PLP 271/05, na Câmara dos Deputados) e do projeto que permite a essas entidades ter acesso ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para fins de concessão de crédito (PLS 40/11 ou, na Câmara, PL 3.067/11).



Relatório final da comissão do Senado foi entregue ontem a ministros, durante solenidade de lançamento do 2º Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

CPI do Tráfico de Pessoas pede Polícia Federal nas investigações

ACOMISSÃO PARLAMENTAR de Inquérito (CPI) do Tráfico de Pessoas entregou aos ministros José Eduardo Cardozo (Justiça), Maria do Rosário (Direitos Humanos) e Eleonora Menicucci (Secretaria de Políticas para as Mulheres) o relatório final. No texto, os senadores solicitam o ingresso da Polícia Federal (PF) nas investigações sobre o desaparecimento de cinco crianças em Natal e no combate ao tráfico de travestis do Amazonas para São Paulo.

O relatório, com 221 páginas, foi entregue ontem na sede do Ministério da Justiça pela presidente da CPI, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), e pela relatora, Lídice da Mata (PSB-BA), durante o lançamento, pelo governo, do 2º Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Além do encaminhamento dos casos, os senadores pediram que o governo ajude na aprovação de projetos propostos pela CPI que modificam a legislação. A lei brasileira considera o tráfico de pessoas apenas para fins de exploração



Os ministros José Eduardo Cardozo e Maria do Rosário ouvem a senadora Vanessa Grazziotin durante a entrega do relatório final preparado pela CPI

sexual, diferentemente do Protocolo de Palermo (convenção da ONU), do qual o Brasil é signatário, que tipifica o crime também para fins de trabalho escravo e remoção de órgãos.

— Estamos apresentando projetos de lei muito ousados que, se aprovados, vão ajudar no combate a esse tipo de crime que ainda é invisível no Brasil — disse Vanessa.

O ministro da Justiça determinou que os encaminhamentos feitos no relatório da

CPI sejam tratados com prioridade. Ele afirmou que iria se reunir com os presidentes da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, e do Senado, Renan Calheiros, para que os projetos sejam votados em regime de urgência.

Sobre o tráfico de travestis do Amazonas para São Paulo, a CPI solicitou ao governo medidas para incluir a travesti Bruna Valadares, principal testemunha ouvida numa audiência em Manaus, no

Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas (Provita).

Quanto ao caso das crianças desaparecidas no Rio Grande do Norte, os senadores acreditam que só com a participação da PF haverá condições de avançar nas investigações. Há suspeitas de que as cinco crianças que sumiram na periferia de Natal, entre 1988 e 2011, tenham sido levadas de suas residências para remoção de órgãos ou para adoção ilegal por estrangeiros.

Lídice: ações do plano nacional reforçam relatório

Após o encontro, em discurso no Senado, Lídice da Mata ressaltou a importância do 2º Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que determina ações como o fortalecimento das centrais de atendimento às mulheres (Disque 180) e aos direitos humanos (Disque 100) e a ampliação dos programas de capacitação de agentes.

— Essas iniciativas vão ao encontro da proposta que apresentamos no relatório da CPI — disse.

A senadora explicou que o projeto da CPI propõe medidas e políticas públicas integradas e intersetoriais. Ela disse que o relatório servirá como referência para auxiliar o governo na implantação do plano.

Paulo Davim (PV-RN) acrescentou que a CPI deixou uma contribuição efetiva para o enfrentamento desse tipo de crime.



Pedro Franco/Agência Senado

Capiberibe cobra política nacional de segurança



Pedro Franco/Agência Senado

A intervenção pública apenas quando os estados enfrentam situações limite não atende mais às necessidades da população, afirmou João Capiberibe (PSB-AP),

cobrando uma política de segurança pública eficaz para o país.

— Há muito tempo o governo federal nos deve uma política efetiva de segurança do cidadão, de enfrentamento à violência e principalmente ao crime organizado — afirmou.

O senador pediu apoio à PEC 24/12, de sua autoria, que institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública para financiar a política de segurança pública do país, a exemplo do que já acontece com a saúde e a educação. A proposta tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Pela PEC, explicou, os recursos do fundo serão destinados ao aparelhamento, capacitação e integração das forças de segurança pública dos estados. Os critérios de distribuição, a serem determinados em lei complementar, levarão em consideração os indicadores de violência, de capacitação e formação das polícias estaduais e a remuneração dos servidores integrantes dos órgãos da segurança pública.

João Costa defende diretrizes constitucionais



Pedro Franco/Agência Senado

Ainda é comum o descumprimento das normas constitucionais de eficácia limitada de princípio programático, também conhecidas como normas principiológicas, afirmou João Costa (PPL-TO).

Esses dispositivos, explicou o senador, definem princípios ou diretrizes para o Estado, porém sem aplicabilidade imediata, porque dependem de regulamentação por outras leis.

Como exemplo desse tipo de norma, o senador citou as relativas ao direito à saúde, à educação, à cultura e à proteção da criança. Para ele, ainda que não tenham aplicação imediata, as diretrizes devem ser seguidas com rigor pelo Estado.

— Toda vez que tivermos desvio de finalidade ou desvio de recursos voltados para normas programáticas da Constituição, nós precisamos punir o agente público que desviou — disse.

Para Costa, com a Constituição de 1988, foram institucionalizados critérios do justo comum e da política justa, com o objetivo principal de alcançar a mudança social pelo direito.

— Dessa forma, ao intérprete caberá a difícil tarefa de dar efetividade às normas constitucionais relacionadas às transformações políticas, econômicas e sociais — explicou.

Collor: procurador-geral deve aguardar auditoria



Moreira Matiz/Agência Senado

Fernando Collor (PTB-AL) lembrou a aprovação pelo Plenário, no dia 21, do requerimento solicitando ao Tribunal de Contas da União (TCU) a abertura de

auditoria ou inspeção para apurar denúncia de irregularidades e ilegalidades na licitação para aquisição de 1.226 tablets pela Procuradoria-Geral da República, numa compra que atingiu quase R\$ 3 milhões.

— A palavra está agora com o TCU. Não adianta o procurador-geral Roberto Gurgel vir a público falar bobagens, antecipar-se às conclusões e justificar-se antes da hora — disse.

Segundo o senador, o pregão eletrônico para a compra — que também será analisada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) — “foi visivelmente direcionado a uma determinada marca e foi realizado na tarde do último dia de 2012, ou seja, no apagar das luzes da administração pública”.

Collor acrescentou que a empresa vencedora, com sede em Brasília, ficou em sexto lugar na disputa, com cotação de preço unitário acima do valor de mercado. Apontou ainda outras irregularidades, como a concessão de prazo diferente para que os licitantes enviassem suas propostas.

Campanha sobre jovens tem apoio de Valadares



Pedro Franco/Agência Senado

A Campanha da Fraternidade de 2013, sobre juventude, foi elogiada por Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). O senador disse que seu partido se associou à cam-

panha de iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e pediu que o Senado e a sociedade façam o mesmo.

— O tema “Fraternidade e juventude” é extremamente oportuno num país cujos desequilíbrios econômicos, morais e sociais afetam, mais que a qualquer outro segmento, o jovem, a vítima maior do desconforto e do desconcerto do mundo — disse.

Valadares lembrou que, no Brasil, entre os 50 mil cidadãos que morrem anualmente por assassinato, a maioria é de jovens entre 16 e 25 anos, de acordo com dados do Ministério da Justiça.

— Em meio à perplexidade de quem apenas se inicia na longa jornada da vida, a falta de horizontes profissionais, materiais e espirituais acaba levando boa parte à perversão, às drogas e a um desfecho breve e trágico da existência. A juventude carece de valores, a carência de espiritualidade é a mais grave de todas, porque afeta jovens de todas as condições sociais — afirmou.